

NASSAU NO RECIFE: ASPECTOS CULTURAIS DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Data de aceite: 01/09/2023

Élcia de Torres Bandeira

Universidade Federal Rural de
Pernambuco,
Departamento de História
Recife-Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/4669638328828195>

RESUMO: Emana do povo certas imagens socioculturais impregnadas de historicidade e que sobrevivem por vezes transformadas sob o rigor do tempo. Mitos são criados e adaptados às condições locais, originando-se de representações simbólicas introjetadas coletivamente a partir de contextos dinâmicos de percepção e interação sociais. Dentre os mitos sobreviventes, que são repassados de geração em geração, emerge do domínio holandês no Brasil a personalidade do conde João Maurício de Nassau-Siegen, associado à competência gerencial, à tolerância social, à formação cultural do país. Enviado em 1637 pela Companhia das Índias Ocidentais Holandesa para administrar os recém conquistados domínios do além-mar nas terras brasileiras, Nassau aparece com uma nova política mais flexível comparada aos parâmetros assumidos

desde 1630 pela Companhia. Compreender como foi construído o mito nassoviano em Pernambuco é o objetivo precípua deste trabalho apoiado no arcabouço teórico da História Cultural tendo como expoentes as contribuições do historiador Roger Chartier e do sociólogo Eugène Enriquez.

PALAVRAS-CHAVE: Nassau, mito, Recife.

NASSAU IN RECIFE: CULTURAL ASPECTS OF THE OCCUPATION OF URBAN SPACE

ABSTRACT: It emanates from the people certain socio-cultural images impregnated with historicity and that survive sometimes transformed under the rigor of time. Myths are created and adapted to local conditions, originating from symbolic representations collectively introjected from dynamic contexts of social perception and interaction. Among the surviving myths, which are passed on from generation to generation, emerges from Dutch rule in Brazil the personality of Count João Maurício de Nassau-Siegen, associated with managerial competence, social tolerance, and the country's cultural formation. Sent in 1637 by the Dutch West India Company to administer the newly conquered overseas

dominions in the Brazilian lands, Nassau appears with a new policy more flexible compared to the parameters assumed since 1630 by the Company. Understanding how the Nassavian myth was constructed in Pernambuco is the main objective of this work based on the theoretical framework of Cultural History having as exponents the contributions of historian Roger Chartier and sociologist Eugène Enriquez.

KEYWORDS: Nassau, myth, Recife.

1 | RASTREANDO O INVASOR.

Emana do povo certas imagens socioculturais impregnadas de historicidade e que sobrevivem por vezes transformadas sob o rigor do tempo. Mitos são criados e adaptados às condições locais, originando-se de representações simbólicas introjetadas coletivamente a partir de contextos dinâmicos de percepção e interação sociais. Dentre os mitos sobreviventes, que são repassados de geração em geração, emerge do domínio holandês no Brasil a personalidade do conde João Maurício de Nassau-Siegen, associado à competência gerencial, à tolerância social, à formação cultural do país.

O historiador Roger Chartier (2002, p.78) traz à discussão uma preocupação relevante quando tenta:

compreender a partir das mutações no modo de exercício do poder (geradoras de formações sociais inéditas) tanto as transformações das estruturas da personalidade quanto aquelas das instituições e das regras que governam a produção das obras e a organização das práticas.

Esta preocupação nos leva a refletir sobre a necessidade de analisarmos o sujeito histórico individual em intercâmbio constante com suas próprias práticas sociais e com o sujeito coletivo com o qual se relaciona para podermos entender melhor o homem inserido no seu contexto histórico.

Enviado em 1637 pela Companhia das Índias Ocidentais Holandesa para administrar os recém conquistados domínios do além-mar nas terras brasileiras, Nassau, nascido a 17 de janeiro de 1604 em Dillenburg, permanece nesta função até os idos de 1644, quando retorna à Holanda, tendo em vista o entrechoque de interesses entre sua administração e as metas imediatistas da Companhia.

Criada em 1621, dentro do modelo mercantilista, a Companhia das Índias Ocidentais Holandesa deveria atender à demanda expansionista por novos mercados e mediar o incremento imediato dos lucros holandeses nas atividades mercantis que se desenvolviam eficientemente na Europa mesmo no contexto medieval. Rotas como as de Flanders estimularam o intercâmbio cultural e a circulação de mercadorias no interior do continente, favorecendo a conquista de *status* privilegiado pela Holanda na expansão comercial da Baixa Idade Média e na formação dos tempos modernos.

A Holanda aparecia nas transações europeias como a grande financista internacional, cuja frota mercante rompia as águas e com elas os limites estreitos do Mar do Norte para

distribuir mercadorias na própria Europa, servindo muitas vezes como intermediária nas relações estabelecidas entre outras metrópoles e suas respectivas colônias no Novo Mundo, na África, Oceania e Ásia.

Soberana nos mares e em terra na atividade mercantil, a Holanda rivalizava com a Espanha no início do século XVII, de quem havia conquistado a duras penas sua soberania político-administrativa. As relações diplomáticas conflituosas estabelecidas com a Espanha após o movimento em prol da independência marginalizaram a Holanda da esfera comercial brasileira durante a União Ibérica que abrangeu o interstício de 1580 a 1640. Os investimentos realizados no Brasil na produção açucareira ficaram ameaçados sob o domínio espanhol, justificando a decisão de promover a ocupação territorial mediante incursão armada à Bahia e, posteriormente, a Pernambuco, grandes centros produtores de açúcar para o mercado europeu. Encarregada do refino e da distribuição do açúcar na Europa, a Holanda temia perder as vantagens auferidas nas relações previamente estabelecidas com Portugal.

Se tomássemos o depoimento do escritor holandês Gaspar Barléus contemporâneo de Nassau e por ele contratado para dissertar sobre sua administração no Brasil, poderíamos, através de seus olhos, visualizar as invasões holandesas sob o prisma do invasor: “fomos para onde nos chamava o direito natural e o das gentes e a carência mútua de produtos, porquanto o ganho é poderoso incentivo para se tentarem os mais arrojados cometimentos” (BARLÉUS, 1980, p.5). Baseado em um direito considerado natural que defende a soberania dos mais fortes e por eles é elaborado e outorgado sob a égide do Estado Nacional, anula-se a alteridade do outro que se quer submeter e se desconhece a igualdade de direitos nas relações internacionais. Ele reforça esta visão da supremacia cultural do dominador quando afirma, seguindo a concepção reinante em sua época: “quando os silvícolas, pejando-se de se ver nus entre os nossos, se vestirem, agradecerão ao recato dos vossos europeus os véus com que se resguardava o primitivo pudor” (BARLÉUS, 1980, p.XII).

Porém a ocupação do espaço pernambucano e precipuamente recifense se reveste de características próprias dentro do contexto histórico do século XVII.

Tomando-se aqui o espaço não apenas como ambiente físico, delimitado pelas condições geográficas, mas acima de tudo como meio sociocultural onde interagem múltiplos agentes sociais em uma efervescência contínua dentro do fazer cotidiano da história, pretendemos focar a presença nassoviana no Recife sob o prisma do intercâmbio social, em um amálgama de relações diversas, contextualizadas à localidade em questão, diferindo sobremaneira do espaço físico e social de onde se originava o invasor: a Europa recriada pelo Renascimento e motivada pela acumulação de capital no bojo da aplicação da política econômica mercantilista. No que concerne ao campo espiritual, provém Nassau de uma sociedade conflituosa, onde o choque provocado pela difusão do protestantismo com o catolicismo degenera em sérios embates armados e no derramamento de sangue

da população europeia. Gerado em um ambiente eminentemente nacionalista, não se pode dissociar o homem de sua época. Para se compreender o mito, fazem-se necessários os fatos.

2 | CONSTRUINDO O MITO

Emerge na memória regional o Nassau administrador por excelência, o conciliador, o mecenas incentivador da formação cultural nacional e construtor de obras arquitetônicas que teriam contribuído essencialmente para definir a feição da urbe recifense. Tais feitos teriam içado Nassau à categoria ímpar de mito, sobrepondo-se ao caráter dominador e explorador da colonização efetuada no início dos tempos modernos pelas grandes metrópoles europeias. Situar o homem nas balizas históricas do tempo e do espaço é imprescindível para compreender as interrelações sociais que teriam favorecido a criação e a reprodução do mito nassoviano no imaginário popular pernambucano.

João Maurício de Nassau-Siegen aparece no cenário europeu da formação da modernidade quando as transformações em curso revestem o homem europeu de uma valoração própria, carregada pelo espírito crítico, inovador, racionalista do humanismo renascentista, que rompe amarras e parece estar sempre em busca de horizontes ainda a serem descobertos e conquistados.

O próprio Barléus, seguindo a inspiração neoclássica do Renascimento ainda presente no século XVII, remonta a Roma Antiga e aos seus generais para ressaltar os feitos heróicos de Nassau:

Seguindo-lhes o exemplo, fostes no Novo Mundo qual Metelo nas Gálias, Mário na África, na Germânia Druso e na Panônia Trajano. Assim como estes inscreveram em suas colunas o triunfo contra os estrangeiros, assim também vós havíeis de gravá-los nos ânimos e nos fastos da Holanda (1980, p.XI).

Descontando-se a apologia entusiasta de quem fora o escritor oficial do conde, encontram-se na obra de Barléus o panorama da sua época e os paradigmas que norteavam a construção dos signos e de suas significações, ponto de partida para a apreensão do conjunto do imaginário construído sobre Nassau.

Enriquez afirma que:

Certamente nem sempre é necessário que o ato tenha se realizado para que o fantasma possa se desenvolver, embora os elementos do real possam fornecer o ponto de partida e o ponto de apoio à sua criação e à sua manifestação (1997, p.180).

Forja-se o mito na carência de legitimação, controle e coesão nas organizações sociais. Os mitos estabelecem-se como elementos unificadores da prática social, como formadores de laços de identidade: “todo mito, toda saga tem por função provocar no próximo um elã afetivo e, portanto visando inseri-lo numa ordem e incitá-lo a comportamentos em conformidade com aqueles do relato” (ENRIQUEZ, 1997, p.34).

O Nassau empreendedor, vitorioso, serviria como modelo para a criação da tipologia do herói nacional. Aparece como se pairando além das fronteiras geográficas e dos interesses mercantilistas da Companhia que o enviara, desenvolvendo laços de identidade com a população local. Justificaria o empenho na Insurreição Pernambucana o fato de Nassau ter sido “injustamente” afastado pela ganância dos colonizadores holandeses que dirigiam a Companhia, não restando nada mais a fazer por parte da população pernambucana do que se insurgir contra os que se “insurgiram” contra o modelo de colonizador representado por Nassau, até então aceito. Apesar do senso geral atribuir a ganância como traço elementar do caráter calvinista, Nassau, como mito, parece estar imune às imperfeições dos simples mortais.

Por outro lado, sua prolongada permanência logrou controlar as revoltas sociais e sua saída favoreceu a autoidentificação dos dominados, estimulados pelo antagonismo aparentemente existente entre a exploração imediatista dos seus sucessores e a exploração “tolerantemente” protelada pelo planejamento a médio e longo prazo da administração nassoviana.

No imaginário popular, como na obra de frei Manoel Calado do Salvador, *O Valoroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade*, como indica Evaldo Cabral de Mello, é construído um Nassau bondoso e justiceiro, apesar de mal acessorado, o que favorece a preservação da isenção do governante, indispensável dentro de um contexto absolutista, apesar da Holanda ter se transformado em uma república após a sua independência. O governante sobranceiro não poderia ser responsabilizado pelos atos contestáveis de seus conselheiros. Ele consegue ressuscitar das cinzas da restauração e do entusiasmo nativista graças à construção do mito nassoviano em Pernambuco. Ainda se encontra na obra de frei Calado outra referência que reforça aquela imagem: “o sangue real donde procedia o inclinava ao bem” (1997, p.331), evidenciando assim a influência de *O Príncipe* de Maquiavel e da concepção do modelo de governante criado no Renascimento europeu. Em sendo frei, a tolerância de Nassau quanto à liberdade de culto, considerando sua origem protestante e o fervor da Contrarreforma, para Calado destaca-o dentre os homens de seu tempo, corroborando assim para a preservação do mito.

Leia-se em Barléus a apologia ao seu espírito conciliador:

Serão testemunhas da vossa piedosa e prudente moderação povos discordes na religião e na polícia. Os governadores das cidades e províncias vizinhas louvarão a vossa equidade no território inimigo, e os estrangeiros exaltarão a vossa clemência e humanidade (1980, p. XII).

Tal discurso contribuiu para difundir a imagem do príncipe justo, que buscava no respeito ao inimigo o acordo entre as partes, à acomodação das inquietações suscitadas pela invasão.

Essas imagens do passado requerem constantemente um olhar crítico sobre a natureza da dominação holandesa no Brasil. Extremamente cuidadoso ao preservar

relações amistosas com a população local, Nassau rapidamente estabeleceu sobre a base da confiança mútua sua gerência nos negócios econômicos e políticos. Sua gestão no setor açucareiro em Pernambuco foi marcada pela conciliação, evitando, sempre que possível, a falência dos engenhos, favorecendo o entrosamento entre os senhores de engenho e o governo holandês, de forma a incrementar a produção açucareira e garantir a reprodução, pelo menos parcial, do capital investido naquele ramo. Sua política conciliadora visando à ampliação da rentabilidade do setor a médio e longo prazo apaziguou os ânimos da elite local, contribuindo para a formação da imagem do bom administrador.

Vale ressaltar, porém, que em momento algum Nassau negligenciou sua função como emissário da Companhia das Índias Ocidentais holandesa, agindo sempre sem descurar os seus objetivos dentro do pacto colonial da era mercantilista.

3 I OCUPANDO ESPAÇOS E TRASPASSANDO O TEMPO.

Aparentemente subordinada à ocupação social, a ocupação territorial em Pernambuco pelos holandeses no período de Nassau denota a preocupação do invasor em demarcar seu domínio e garantir a posse das terras conquistadas, evidenciando-se não as demandas da população local mas os interesses econômicos da Companhia das Índias holandesa. Ao Nassau conciliador soma-se a imagem do bom administrador, responsável pela execução de grandes obras arquitetônicas no Recife, que a teriam moldado aos padrões de uma cidade moderna. A Cidade Maurícia teria sido erguida por Nassau para substituir Olinda como capital após ter sido esta incendiada pelos holandeses durante a guerra de invasão. Seu porto privilegiado pela proteção natural dos arrecifes servia aos propósitos mercantis da Companhia e ao projeto de defesa desenvolvido pelos holandeses antes mesmo de Nassau. Já Adolph Van Els reconhecera a importância do porto e a sua semelhança com Amsterdã em uma carta datada de 1630, como se pode constatar em O Tempo dos Flamengos do prof. José Antônio Gonçalves de Mello (1987, p.52).

Sobre o Recife, escreve Barléus:

Existiu uma povoação chamada "Recife" ou "Abrigo", talvez porque dentro deste e de uma outra língua de terra a ele semelhante, chamado Recife de Pedra, podem e costumam as naus abrigar-se para receberem e despejarem os carregamentos. Tinha esse povoado uma população densa, e no sítio em que o mar corta ao meio o istmo arenoso é o surgidouro das naus maiores, por causa da notável profundidade(...). Abandonada Olinda, mudaram, para a povoação do Recife, os mais dos cidadãos e comerciantes, dotando-a de ótimos edifícios, até que Mauriciópole entrou a empanar-lhe o fulgor" (1980, p. 51).

Seu litoral aparece ainda hoje pontilhado pelas fortificações, marcos da dominação e da necessidade de assegurar a posse do território conquistado à Espanha em 1630.

Contudo certas obras atribuídas aos holandeses não se originaram de empreendimentos batavos como se imagina. Pode-se perceber historicamente que

certas edificações foram erguidas pelos portugueses; exemplo disto é o forte Orange em Itamaracá, construído por portugueses sobre as ruínas do antigo forte holandês. Outro forte - o do Brum, foi iniciado pelos portugueses em 1626 e concluído pelos holandeses sob a supervisão dos engenheiros Van Bueren, Commersteyn e Andréa Crewich, sendo reconstruído pelos portugueses após a Insurreição Pernambucana (ARLÉGO, s/d) .

Dentre os fortes de origem holandesa, destacam-se o Forte do Buraco, situado no istmo de Olinda construído em 1630 e o Forte Guilherme, em Afogados, em 1633, localizado nas proximidades do rio, alcançando a parte posterior da Igreja de Nossa Senhora da Paz. O chamado Forte Ernesto, situado ao lado do palácio de Friburgo, era na verdade o antigo Convento de Santo Antônio, na Rua do Imperador, que fora forçosamente abandonado pelos católicos com a chegada dos calvinistas flamengos. Foi então adaptado por Jan Coynians, Cristoffel Deterson e Hans Willen Louys para servir como forte. O Forte das Cinco Pontas ou Frederico Henrique também data do período holandês que antecedeu a chegada de Nassau. Sua localização estratégica garantiu o acesso às cacimbas de Ambrósio Machado, proprietário do engenho Cordeiro e o abastecimento de água para os flamengos sediados no Recife (ARLÉGO, 1995, p.25).

A Cidade Maurícia foi edificada por Nassau na Ilha de Antônio Vaz, compreendendo os atuais bairros de São José e Santo Antônio. Ele projetou uma nova Amsterdã, vazada por canais e protegida por diques com o intuito de evitar as inundações sobre a planície. Nela construiu o Palácio das Torres ou Friburgo que significava Alcácer da Liberdade em holandês, o qual teria ruído por volta do final do século XVIII; o palácio fora construído para o nascente sob influência arquitetônica da renascença italiana e funcionou como sede do governo. Uma de suas torres servia como farol e telégrafo, e a outra, como observatório astronômico, onde trabalharam cientistas como o médico e naturalista Guilherme Piso e o botânico e astrônomo Jorge Marcgrave que faziam parte da comitiva nassoviana. Ao seu redor, mandou Nassau elaborar um jardim zoobotânico para onde transplantou árvores frutíferas e atraiu espécimes da fauna regional.

Outro palácio construído na sua gestão, o da Boa Vista, entre as atuais ruas Camboa do Carmo e Palma, datava de 1643 e serviu como uma das residências do Conde no Recife. Sua arquitetura demonstrava o sincretismo luso-flamengo, predominando linhas horizontais e telhados com quatro águas, demarcado nos quatro ângulos por quatro torres (ARLÉGO, 1995, p.25).

Além dos palácios, confere-se a Nassau a construção de muros de proteção, edifícios públicos, casario, esgotos, calçamentos de vias públicas e pontes. A Ponte da Boa Vista foi construída em 1643 e a do Recife, ligando a península do Recife à Ilha de Antônio Vaz, data inicialmente de 1630, mas só foi concluída e inaugurada por Nassau, quando aconteceu um fato curioso. Prometera o conde fazer um boi voar e a população curiosa assistiu à passagem de um boi artesanal deslizar em um cabo sobre o jardim do Palácio de Friburgo durante a inauguração. Diante da necessidade de estimular o tráfego de cargas

e pedestres pela ponte e cobrar o pedágio para cobrir os custos da construção, Nassau foi muito criativo em atrair a população para este evento. Outros pontilhões foram por ele construídos, bem como a Ponte de Afogados, que não resistiram às dobras do tempo. Cortada por rios e canais, a Cidade Maurícia demandava obras como estas que unissem a ilha ao continente e facilitassem o comércio e o trânsito de pedestres.

Quanto ao casario, Recife já apresentava sérios problemas habitacionais em pleno século XVII, em virtude da concentração populacional agravada com o incêndio de Olinda. Aglomerava-se a população em estreita área, induzindo à expansão e ocupação horizontal e vertical do espaço urbano, cujos sobrados longilíneos representavam a forte influência holandesa na arquitetura do período, aproveitando-se, desta forma, o espaço vertical nas construções urbanas, muitas das quais projetadas por Pieter Post, arquiteto irmão de Frans Post. Este crescimento demográfico, acentuado pelo movimento migratório e pelo intenso comércio na região, gerou uma forte crise habitacional em 1641, quando os preços de locação de imóveis dispararam na cidade.

Segundo Evaldo Cabral de Mello, “no seu traçado e na sua edificação, o bairro do Recife fora uma criação do “tempo dos flamengos”, embora os portugueses tivessem-no paulatinamente adaptado às suas preferências e necessidades” (1997, p. 36). Como meio de viabilizar a identificação dos prédios de origem holandesa no bairro do Recife, o engenheiro Vauthier, citado por Evaldo Cabral de Mello, afirma que os holandeses teriam recorrido à pedra local, de cor acinzentada, geralmente granito e grés, enquanto os portugueses teriam usado a pedra do Reino (1997, p. 38). Porém Arlégo indica a utilização de tijolos da Holanda nos sobrados e não de pedra e cal usados pelos portugueses (1995, p. 27).

Barléus, cumprindo a tarefa que lhe foi incumbida pelo conde, ressalta as obras nassovianas procurando com elas atenuar a dominação e o derramamento de sangue, consequentes da colonização neerlandesa, usando um estilo epopeico, envolvido pelo manto da religiosidade reformista:

Se é de lamentar o tomarem armas contra os sagrados penates, de certo será grato e louvável o haverdes construído templos para Deus e casas para os cidadãos, primeiro para o vosso amor refletir-se no próprio Criador; segundo, para alcançar ele também os homens, imagem do mesmo Deus (1980, p. XII).

As obras holandesas erigem-se como símbolos de um passado que se quer esquecer - a presença estrangeira no território brasileiro, mas elas adquirem uma conotação simbólica distinta quando associadas à gestão de Nassau, assumindo um caráter novo, onde sobrevive a imagem do governante identificado com os seus governados, atendendo a seus anseios e necessidades básicas. Reflete-se assim na construção do imaginário em que o dominador desaparece para dar vida atemporal ao bom administrador, preocupado com o desenvolvimento regional, mito este que se preserva ainda hoje no imaginário popular.

O conjunto simbólico foi ampliado por Nassau na esfera cultural com a iniciativa de trazer consigo para o Brasil artistas como Frans Post, celebrado por retratar paisagens, figuras e costumes pernambucanos, e Eckhout, que se preocupou em assimilar em suas telas a população heterogênea local, a fauna e a flora tropicais. Suas obras recriaram o Brasil no contexto europeu, ressaltando a natureza exótica dos trópicos e, a nível nacional, contribuíram para reforçar os laços de identidades locais.

Acrescente-se à imagem do mecenas das artes, o patrono das ciências. Com Nassau vieram também o médico e naturalista Guilherme Piso, o botânico e astrônomo Jorge Marcgrave, o geógrafo Golizath, o historiador Nienhoff e o literato Frans Plante.

Do ponto de vista político-administrativo, o conde foi aquele que construiu Recife e a transformou na capital do domínio holandês no Brasil, contribuindo para que a sua emancipação política se efetivasse definitivamente em relação à Olinda no início do século XVIII. A Guerra dos Mascates que levou à disputa pela autonomia do Recife entre 1710 e 1712 fortaleceu os comerciantes que habitavam o Recife e seu controle sobre a circulação de mercadorias em detrimento do poderio dos proprietários de terra residentes em Olinda que controlavam o setor da produção de açúcar e demais mercadorias, salientando o papel do comércio na política econômica mercantilista. Sua presença havia promovido o incremento do comércio, das migrações populacionais e fomentado o ecletismo religioso em seus domínios.

Para se compreender o mito nassoviano, foi necessário recorrer às obras que se tornaram símbolos e assumiram significados diversos dentro do contexto colonialista do século XVII.

Finalizando, reiteramos o fundamento explorador da dominação colonial holandesa no Brasil, mas admiramos a força e a eloquência do discurso que traspassa o tempo e ressurge na memória de muitos, encontrando em Barléus seu principal porta-voz:

É-me livre calar ou falar. Feitos assinalados provocam-me a não calar, e ordena-me a falar a felicidade pública, a qual não quer sejam fraudados do seu louvor aqueles a quem ela é devida. As guerras domésticas arrastam-nos à admiração, e quanto mais as externas, consumadas sob outros céus e com insigne denodo. Negue-se a Nassau o seu prêmio - a memória da posteridade -, e esta se entibiará, sucumbindo por causa do silêncio guardado pela inércia dos escritores (1980, p. 20).

REFERÊNCIAS

ARLÉGO, Edvaldo. **Recife de ontem e de hoje**. Recife, s/d.

_____. **Os holandeses no Nordeste: uma aventura flamenga**. Recife: Edições Edificantes, 1995.

BARLÉUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados**

durante oito anos no Brasil. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1980.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia:** a História entre certezas e inquietude. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

ENRIQUEZ, Eugène. **A organização em análise.** Petrópolis: Vozes, 1997. MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio:** o imaginário da restauração pernambucana. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Tempo dos flamengos:** influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Recife: FUNDAJ/ Ed. Massangana, Instituto Nacional do Livro, 1987.